



Educação Ambiental na formação docente: um estudo com instituições de ensino superior no município de Alagoinhas (Bahia)

Joalisson Bahia Santana^{1*}, Roberto Souza Pereira²

¹Mestre em Ensino de Ciências e Matemática, Universidade Federal de Sergipe, Brasil. (*Autor correspondente: joalissonbahia@hotmail.com)

²Mestre em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia, Brasil.

Histórico do Artigo: Submetido em: 23/01/2024 – Revisado em: 02/05/2025 – Aceito em: 01/07/2025

RESUMO

Com a regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, a educação ambiental passou a ser vista como componente essencial e permanente da educação nacional, em todos os níveis e modalidades, tendo para isso, a necessidade de capacitação docente, o que deve acontecer através da sua formação inicial e continuada. Assim, objetiva-se refletir a respeito da relação da educação ambiental com os cursos de formação de professores no município de Alagoinhas - BA. Para tanto, foi realizada uma pesquisa com as Instituições de Ensino Superior de Alagoinhas, que ofertam cursos de graduação e pós-graduação lato sensu, para quantificar os que apresentam alguma abordagem interdisciplinar da dimensão ambiental ou são, exclusivamente, de educação ambiental. Foi possível traçar um panorama da relação dos cursos pesquisados e trazer uma discussão acerca da inserção efetiva da educação ambiental na formação docente.

Palavras-Chaves: Educação Ambiental, Formação de Professores, Formação continuada, Interdisciplinaridade.

Environmental education in teacher education: a study with higher education institutions

ABSTRACT

With the regulation of the National Policy on Environmental Education, Law No. 9,795 of April 27, 1999, environmental education came to be seen as an essential and permanent component of national education, at all levels and modalities, having for this, the need for teacher training, which should happen through their initial and continuing training. Thus, the objective is to reflect on the relationship between environmental education and teacher training courses in the municipality of Alagoinhas - BA. Therefore, a survey was carried out with Higher Education Institutions in Alagoinhas, which offer lato sensu undergraduate and graduate courses, to quantify those that present an interdisciplinary approach to the environmental dimension or are exclusively related to environmental education. It was possible to draw an overview of the relationship of the researched courses and bring a discussion about the effective insertion of environmental education in teacher training.

Keywords: Environmental Education, Teacher training, Continuing training, Interdisciplinarity.

1. Introdução

Os temas ambientais têm feito parte da vida escolar, buscando trazer conscientização para a preservação do meio ambiente, por parte da comunidade escolar. As escolas, por sua vez, são responsáveis por desenvolver projetos educativos que abranjam os temas ambientais, de modo a conscientizar os alunos e envolvê-los na causa da preservação do meio ambiente. Estes foram inseridos na educação escolar pela Política Nacional de Educação Ambiental por meio da Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, a qual defende que a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional (Brasil, 1999).

Oliva (2000) destaca que tratar de questões ambientais é uma tarefa cotidiana dos cidadãos conscientes, sendo capazes de olhar a realidade, compreendê-la e criticá-la, de modo a se posicionar perante os desafios do

Santana, J. B. & Pereira, R. S. (2025). Educação Ambiental na formação docente: um estudo com instituições de ensino superior. *Educação Ambiental (Brasil)*, v.6, n.1, p.23-40.



mundo, visando o bem coletivo. Dessa forma, tem-se a necessidade de abordar os temas ambientais em parceria com as disciplinas da grade curricular, de modo a desenvolver a formação de cidadãos que estejam aptos a viver em sociedade de forma crítica, mas que também estejam cientes e dispostos a cuidar do meio ambiente.

Tendo em vista a importância da relação entre os componentes curriculares e a educação ambiental, surge a necessidade de que os professores estejam preparados para o desafio de transpor os conteúdos da disciplina a qual leciona para que, estes, contemplem os temas ambientais. No entanto, para que isso ocorra, é importante que se tenha, além de interesse por parte do professor, um investimento na sua formação continuada, para que, com isso, ele esteja se capacitando e melhorando suas práticas em sala de aula.

Segundo Almeida e Moran (2005), os educadores tendem a reproduzir aquilo que utilizaram durante sua etapa de formação. Sendo assim, para que o professor utilize determinado conhecimento em sala de aula, ele necessita ter contato com este anteriormente, quer seja na sua formação inicial ou em algum curso posterior, e até mesmo por meio de alguma outra vivência. Ou seja, para que o professor esteja apto a trabalhar com temas ambientais em sala de aula, ele precisa ter algum contato com estes durante seu processo de formação, pois assim poderá oportunizar uma reflexão sobre a temática ambiental, e possibilitar o pensamento e desenvolvimento de ações na educação básica (Borges; Leite; 2022).

Para entender melhor como o professor pode se capacitar para trabalhar com temas ambientais é preciso, inicialmente, perceber como estes se relacionam com os cursos de formação de professores, em especial, com os cursos de graduação e pós-graduação lato sensu. Bernardes e Prieto (2010), destacam que os cursos das instituições de ensino superior, por terem a responsabilidade de formar professores, devem incorporar o estudo da questão ambiental, de modo a estimular os discentes e docentes a conhecerem e pesquisarem a realidade do meio ambiente em que vivem, e favorecer o diálogo entre as diferentes áreas do saber.

Estudos recentes apresentam algumas percepções sobre a implementação dos temas ambientais em cursos de graduação de algumas Universidades brasileiras, envolvendo cursos de bacharelado e licenciatura, os quais apontam a inserção de disciplinas voltadas para a educação ambiental (Círico Junior; Galvão, 2021), apresentada de forma transdisciplinar no Projeto Político Pedagógico de cursos (Oliveira et al., 2022), como também em Projetos Pedagógicos de Cursos e projetos de ensino, pesquisa e extensão (Borges; Leite; 2022), e ainda o desenvolvimento de projetos de extensão para a formação continuada de docentes (Kaplan et al., 2021). Todavia, outras pesquisas apontam que alguns cursos se preocupam mais com conhecimentos específicos da sua área, direcionando pouca ou nenhuma carga horária para a temática ambiental (Costa; Lopes, 2022), e existem ainda aqueles cursos em que esta temática não é obrigatória (Ribeiro; Malvestio, 2021), como também aqueles em que é constatado déficit na aplicação da educação ambiental em componentes curriculares (Silva; Lucas; Ferreira, 2022).

Levando em consideração que diferentes cursos de ensino superior no Brasil apresentam suas peculiaridades ao trabalhar, ou não, com a temática ambiental, e tendo em vista a importância de se suscitar discussões e atividades que visem desenvolver uma formação cidadã crítica para as questões ambientais, percebendo a influência dos cursos de formação de professores, bem como, a necessidade de capacitação dos mesmos para se desenvolver tal tarefa, surge a seguinte pergunta: “Como os cursos de formação de professores das instituições de ensino superior do município de Alagoinhas-BA se relacionam com os temas ambientais?”

O tema referente a este trabalho surgiu da necessidade de refletir quanto ao desenvolvimento de uma educação ambiental em sala de aula, de levar os alunos a refletirem acerca da preservação do meio ambiente, tornando-os críticos e capazes de analisar e intervir sobre a realidade que estão inseridos. Com isso, destaca-se a relevância dessa pesquisa pelo fato de buscar discutir sobre a relação desses temas com os cursos de formação de professores, pois estes profissionais que poderão suscitar as discussões no ambiente escolar.

Dessa forma, será possível perceber se os cursos analisados estão apresentando, em seus documentos, alguma proposta que possa levar o professor a refletir e/ou pensar sobre a temática ambiental, e possivelmente aplica-la futuramente em sua prática docente. Além disso, será possível discutir a respeito da oferta de cursos de pós-graduação lato sensu em educação ambiental, ou que tenham algum tipo de relação com a mesma na

sua grade curricular. Vale destacar que esta pesquisa está limitada a uma análise de documentos relacionados aos cursos de formação de professores, e não sobre a prática dos docentes que atuam nestes cursos. Sendo assim, embora não prevista em documentos, alguns professores podem eventualmente trabalhar com a temática ambiental em suas aulas.

Tendo em vista a necessidade de uma formação de cidadãos críticos, conscientes e atentos para a preservação do meio ambiente, bem como a importância da formação dos professores para se trabalhar com essa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo analisar a relação da educação ambiental com os cursos de formação de professores no município de Alagoinhas - BA.

2. Educação Ambiental nas escolas

A escola tem o papel de formar cidadãos de modo a prepará-los para viver em sociedade, cidadãos estes que estejam cientes dos seus deveres na vida coletiva, como também dos seus direitos, que estejam preparados para pensar e agir de forma crítica mediante as situações que se apresentem diante dele. Formação essa direcionada pela abordagem dos conteúdos tendo em vista sua finalidade, objetivo e importância, para que os alunos possam processá-las de maneira contextualizada e crítica, e construída também ao trabalhar informações trazidas pelos alunos, com seus valores, para uma transformação em saber que poderá transformar a sociedade (Armesto; Bispo, 2022).

Para isso, a formação escolar deve englobar as mais diversas áreas, as quais são essenciais para a construção da cidadania, além de trabalhar questões essenciais para a qualidade de vida, dentre as quais, pode-se destacar a preservação do meio ambiente. Isso porque a escola se caracteriza como um ambiente privilegiado para atuações envolvendo a educação ambiental, por promover a criação de condições que permitam e estimulem os alunos a desenvolverem posturas e pensamentos cidadãos, de modo que possam ser conscientes para com suas ações como indivíduo e como parte do meio ambiente, podendo desencadear o efeito multiplicador que a sociedade necessita (Lima; Oliveira, 2022; Costa; Lopes, 2022).

Os efeitos da ação do homem têm gerado prejuízos para o planeta, principalmente no que se refere à poluição e destruição dos recursos naturais, impactos esse, que são discutidos há bastante tempo por autoridades do mundo, desde a Conferência de Estocolmo ou Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo, na Suécia. Nessa conferência, foi buscado discutir as consequências da degradação do meio ambiente e, como medida, elaborou-se o documento Declaração da Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente Humano, de Estocolmo, com 26(vinte e seis) Princípios, o qual reconhece que os recursos naturais do planeta precisam de uma gestão adequada para que não se esgotem. Evento este que contou com a presença de poucos chefes de estado na sua 50ª edição, o Estocolmo+50, realizado em 2022, uma queda evidenciada por outras questões de contexto internacional como a crise do petróleo e a Pandemia Covid-19, mas que implicam em preocupações sobre as discussões dos impactos ambientais no planeta (Dellagnezze, 2022).

A participação nessas discussões e difusão das informações relacionadas à preservação do meio ambiente não devem ser tidas como somente de responsabilidade dos chefes de estado, mas também da população em geral, tendo em vista a tomada de atitudes que preservem o meio ambiente. Sendo assim, é necessário que essas discussões não fiquem a cargo somente das autoridades, mas que sejam levadas para o público, principalmente nas escolas, pois se constituem num ambiente favorável à discussão, aprendizado e construção de ideias para uma postura cidadã consciente (Lima; Oliveira, 2022).

Segundo Bernardes e Prieto (2010), no Brasil, representantes do poder público juntamente com educadores, trabalharam para a formação de programas governamentais que estimulassem iniciativas que promovessem a Educação Ambiental, principalmente no ensino formal. Com isso, os temas ambientais foram inseridos na educação escolar através da Política Nacional de Educação Ambiental por meio da Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, a qual salienta que:

Art. 1º. Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º. A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (Brasil, 1999, p. 1).

Dessa forma, a educação ambiental deve acompanhar o indivíduo durante todos os níveis de ensino, com o intuito de desenvolver, neste, os valores essenciais para cuidar do meio ambiente em que está inserido. Em consonância com a lei supracitada, Oliva (2000) justifica a inserção da educação ambiental nas escolas pelo fato de que:

[...] Hoje, a escola está buscando formar cidadãos, conforme as referências dos Parâmetros Curriculares, publicados pelo MEC, e da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional. Procura-se formar indivíduos que olhem e vejam a realidade, que a compreendam e tenham capacidade para criticá-la, que se preocupem com o destino coletivo e saibam se posicionar diante dos desafios do mundo. Para os cidadãos conscientes, tratar de meio ambiente torna-se uma tarefa inerente ao seu cotidiano, visto que é um tema universal e que dele depende a vida no planeta. A Educação Ambiental é um caminho para formação de indivíduos em questões essenciais para a qualidade de vida e para a construção da cidadania, tais como, por exemplo, solidariedade, saúde, ética, natureza, diversidade cultural e idéias de processo, sincronia, responsabilidade (Oliva, 2000, p. 6-7).

A inserção dessa temática na escola surge como meio de tornar os indivíduos em cidadãos críticos, capazes de analisar a sua realidade com a capacidade de compreendê-la, de modo a defender a convivência sadia entre a sociedade e o meio ambiente, uma vez que as escolas e universidades assumem importante papel social para impulsionar o desenvolvimento regional e humano, ao propiciar conhecimentos para o bem coletivo e o desenvolvimento de ações e condutas favoráveis ao meio ambiente (Lima; Oliveira, 2022; Carneiro, 2024). As discussões sobre importância e preservação podem, então, promover a conscientização e transformar o pensamento das pessoas, de modo a despertá-las para o cuidado com o meio em que vivem, tendo assim o desenvolvimento de uma educação para a cidadania.

Para desenvolvê-la, faz-se necessária a apresentação de questões sociais para a aprendizagem e reflexão dos alunos. Nessa perspectiva, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) apresentam os Temas Transversais, os quais são caracterizados por serem vividos pela sociedade, de modo geral, tendo uma urgência social e abrangência nacional, com a possibilidade para o ensino e aprendizagem no ensino fundamental, favorecendo a compreensão da realidade e participação social. Dentre os Temas Transversais, pode-se destacar o tema Meio Ambiente, cuja função é

[...] contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e aprendizagem de procedimentos. E esse é um grande desafio para a educação. Gestos de solidariedade, hábitos de higiene pessoal e dos diversos ambientes, participação em pequenas negociações são exemplos de aprendizagem que podem ocorrer na escola (Brasil, 1998, p. 187).

O tema Meio Ambiente tem sua sequência na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e vai além de falar sobre preservação, mas sim formar um cidadão consciente que esteja disposto a atuar e tomar decisões a respeito da realidade socioambiental da qual está inserido, tendo um comprometimento com a vida, buscando evidenciar a integração entre os diferentes componentes curriculares, fazendo conexões com as vivências dos

estudantes, contribuindo para a contextualização dos objetivos do conhecimento à medida que os torna atuais (Brasil, 2019).

Vale destacar ainda que, especialmente no Estado da Bahia, tem-se a utilização dos documentos normativos Documento Referencial Curricular da Bahia (DCRB) para as etapas da educação infantil e ensino fundamental, como também para o ensino médio, os quais também privilegiam a abordagem da educação ambiental nas escolas como Temas Integradores do DCRB (Bahia, 2020; 2022). Dessa forma, ao verificar a indicação da utilização dos temas ambientais nos documentos oficiais que regem a educação brasileira, e baiana, percebe-se um interesse em promover um trabalho contínuo para o desenvolvimento de uma educação ambiental no nível básico, a partir da abordagem desta como tema das aulas dos componentes curriculares. Tal abordagem deve ser feita pelos componentes de forma interligada e diretamente associada à realidade dos alunos, como temas que integram o conhecimento escolar à realidade dos estudantes (Bahia, 2020; 2022).

Entretanto, para que isso ocorra, é importante que o professor esteja devidamente capacitado para abordar essa temática, capacitação essa que será fruto da sua formação inicial ou continuada. Sendo assim, tem-se a necessidade de compreender como essa temática se relaciona com os cursos de nível superior, a saber: os cursos de graduação e pós-graduação lato sensu.

3. A importância dos cursos de especialização para a formação continuada de professores

A formação de professores vai além dos momentos de aprendizado durante a graduação, na sua formação inicial. Essa etapa é constituída como aquela que vai dar subsídios teóricos para que um professor leccione determinada disciplina em sala de aula. No entanto, não pode ser vista como uma formação pronta e acabada, pois esta não é capaz de promover ao formando todos os conhecimentos e experiências essenciais à sua jornada profissional. Conforme Rodrigues, Lima e Viana (2017),

[...] em sua formação inicial, o professor não se detém de todos os saberes necessários para que atenda todas as necessidades de uma sala de aula, pois esta muda de acordo com cada realidade, e com isso, é necessário que o/a professor/a permaneça estudando, realizando uma formação continuada a fim de (re)aprender, ou (re)significar suas práticas diárias, buscando aprimorar seus conhecimentos e suas práticas (Rodrigues; Lima; Viana, 2017, p. 30).

Isso perpassa desde as diversas metodologias e práticas pedagógicas, como também pelos recursos didáticos e temas que estão diretamente ligados à educação. É importante perceber que os conhecimentos adquiridos durante a formação não são algo pronto e acabado, mas que estão em processo de reconstrução. Isto é, toda aquela bagagem de conhecimento de práticas e recursos pedagógicos, apreendidas na formação inicial, estão em um constante processo de transformação, sendo adaptadas a cada momento e realidade.

Além disso, pelo fato de o mundo estar sempre em constante evolução, nas tecnologias e também nas interações sociais, é importante que o professor esteja atento a essas mudanças e tente acompanhá-las. Sendo assim, a formação inicial conseguida durante a graduação acaba não abarcando diversas dessas mudanças, tendo assim a necessidade de um novo processo de formação do professor, processo esse que seja contínuo. Nascimento e Rôças (2024) apontam que pesquisas acadêmicas no Brasil buscam conceituar e/ou trazer concepções para o termo formação continuada, baseando em teóricos da literatura acadêmica, chegando a tratar este termo como sendo uma educação em serviço ou formação para um aprofundamento teórico atrelado à atualização profissional por meio de cursos formais de pós-graduação ou de extensão universitária. Acrescentem ainda que se utilizam outras nomenclaturas para se referir à formação continuada, sendo elas: formação permanente, formação contínua e formação profissional docente.

Nessa perspectiva, a formação continuada assume o caráter de processo de aprimoramento para o professor, por meio da busca por novos conhecimentos que desenvolvam suas práticas profissionais, de modo

a contribuir com os processos de ensino e aprendizagem, conhecimentos esses que podem ser adquiridos através de cursos formais. Ou seja,

“[...] é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional” (Libâneo, 2004, p. 227).

Vale salientar que para contribuir com esse processo, a escola, como espaço de formação continuada, necessita disponibilizar tempo e recursos para que o professor possa compreender sua realidade institucional, de modo a analisá-la e transformá-la. Isso porque a formação continuada acaba se constituindo como iniciativas de capacitação realizadas pelos(as) docentes durante o seu tempo de serviço profissional, necessitando de uma flexibilização das instituições quanto ao seu formato e duração, tratando a formação como um processo (Morosini et al., 2006).

Sendo assim, a formação continuada é tida como um processo, e não como um fim para a construção do conhecimento docente. Esta pode ser realizada por iniciativa do professor em querer buscar meios de estar se capacitando, como pode ser feita também por programas institucionais.

Vale salientar que o principal elemento para que ocorra a formação continuada é o interesse do professor em estar em processo contínuo de aprendizado, o que está ligado ao seu engajamento na atuação profissional, ao ambiente escolar que está inserido, bem como às suas perspectivas de crescimento, o que entra em consonância com Guimarães (2006) ao afirmar que:

Os problemas da formação de professores só podem encontrar soluções satisfatórias se compreendermos que formação e profissionalização docentes são aspectos indissociáveis e que estão profundamente imbricados na escolha da profissão, na forma de ingresso no campo de atuação, no acolhimento no local de trabalho, nas formas de organização e produção do trabalho escolar, no grau de satisfação profissional com a carreira e com a profissão e nas perspectivas de crescimento e desenvolvimento profissional ao longo da vida. (Guimarães, 2006, p.111)

Além desses, pode-se ressaltar, também, como fator importante a disponibilidade de cursos de aperfeiçoamento feita por instituições de ensino superior, dos quais se destacam os de pós-graduação lato sensu, conhecidos também como cursos de especialização. Estes desempenham um papel relevante no cenário acadêmico e profissional docente, pelo fato de promover uma formação contínua que traz acréscimos para o currículo do professor, ao proporcionar momentos de aprendizado e capacitação, com práticas que fortalecem a docência e o trabalho escolar, pois oferecem a chance dos professores adquirirem mais conhecimento e experiência em determinada área, além de promover o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas como produtos que possam influenciar a sociedade e o ambiente escolar (Sena, 2022; Nicodemos; Silva, 2024).

Os cursos de pós-graduação surgiram devido às demandas dos avanços científicos e técnicos, bem como do mercado de trabalho, pelo fato dos cursos de graduação não atenderem às necessidades impostas pelo progresso e pela necessidade de atender aos surgimentos de novas especialidades, já que não era aconselhável a criação de vários cursos de graduação ou aumento dos anos de duração dos mesmos. Dessa forma, houve a instituição e consolidação da pós-graduação com um novo nível de ensino, sendo os cursos lato sensu uma educação continuada para o ensino superior (Oliveira, 1995).

Sendo assim, tais cursos permitem que o profissional se capacite para trabalhar com determinado saber de forma especializada. No que se refere à formação docente, estes cursos permitem a ampliação dos horizontes de teorias e práticas que o professor pode desempenhar, como também a possibilidade de que este se especialize no estudo, pesquisa e prática de um conhecimento, teoria ou saber específico. Para Oliveira (1995), isso ocorre, pois:

Os cursos de pós-graduação lato sensu têm um amplo potencial educativo, podendo destinar-se a uma gama de demandas que vão desde programas voltados para a qualificação profissional - entendida como especialização, formação ou atualização em várias áreas do conhecimento - até cursos de caráter cultural (Oliveira, 1995, p. 194).

Evidencia-se, também, a chance de se capacitar no trabalho com diferentes conhecimentos, pelo fato de os cursos de pós-graduação apresentarem uma natureza multi e interdisciplinar (Morales, 2007). Considerando as possibilidades de aperfeiçoamento de conhecimentos por meio de cursos de especialização, pode-se destacar a abordagem dos conhecimentos sobre educação ambiental, que é apresentada no tópico a seguir.

4. Educação Ambiental no ensino superior

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) estabelece a inserção da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades do processo educativo brasileiro, dentre os quais se destaca o nível superior. Evidencia-se como imprescindível o papel das instituições de nível superior na formação de profissionais, nas mais diversas áreas do conhecimento, vislumbrando uma educação que foque em questões ambientais, pois, segundo Bernardes e Prieto (2010),

As instituições de ensino superior, em outra frente, são responsáveis pela formação de profissionais, pesquisadores, técnicos e professores, e em áreas do conhecimento mais específicas. Por isso, a educação que enfatiza o estudo da questão ambiental e estimula a pesquisa e a extensão para resolução de problemas, sejam locais ou mundiais, é imprescindível para a devida graduação em nível superior. Nesse sentido, todos os cursos devem incorporar a temática ambiental na formação universitária, incentivando o diálogo entre as diversas áreas do saber, estimulando os docentes e os discentes a conhecerem e pesquisarem a realidade do meio ambiente onde vivem (Bernardes; Prieto, 2010, p. 181-182).

Para que isso ocorra, a PNEA prevê “a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino” (Brasil, 1999, p. 2). Nessa perspectiva, os cursos de nível superior passam a não ter somente a abordagem teórica voltada à temática do curso, mas tendo esta aliada a uma dimensão ambiental. Sendo assim, busca-se desenvolver um curso de nível superior de modo a formar professores capacitados para lecionar determinado componente curricular, mas que possa compreender como este se relaciona com os temas ambientais, e fazer essa articulação na sua prática escolar.

Dentre os diferentes cursos de nível superior, para a formação docente, pode-se destacar a graduação, que é a formação inicial do professor, e a pós-graduação lato sensu, do tipo especialização, que é onde o professor se especializa em uma área do saber de forma científica e técnica. Segundo Alencar e Barbosa (2018), a tarefa de agenciar articulações para proporcionar a formação e capacitação competente de profissionais corresponde à universidade, de modo a buscar preparar os professores para a realização de mudanças no perfil educacional brasileiro, especialmente no que diz respeito à difusão de conhecimentos sobre educação ambiental. Dessa forma, as instituições de ensino superior têm papel fundamental no desenvolvimento de uma educação ambiental, pois estas formarão os professores que discutirão essa temática nas salas de aula da educação básica.

No entanto, na graduação, pelo fato das instituições de ensino superior se organizarem em departamentos, que não se relacionam diretamente, acabam valorizando suas especificidades, dificultando a interdisciplinaridade e, conseqüentemente, uma abordagem dos conteúdos numa perspectiva ambiental. Já os cursos de pós-graduação, por possuírem características multi e interdisciplinares, adotam melhor uma intervenção ambiental, a qual ocorre de forma mais intensificada (Morales, 2007). Araujo e Miranda (2024) acrescentam que, por possuir uma maior abertura para englobar temas ambientais, os programas de pós-

graduação lato sensu (especialização) surgem como o local mais conveniente para um programa ambiental específico.

Sendo assim, tem-se uma dificuldade de desenvolver uma dimensão ambiental com componentes curriculares durante a graduação, pelo fato dos professores dessa etapa do ensino não conseguirem trabalhar de forma interdisciplinar. E até mesmo pelo fato de alguns cursos direcionarem sua carga horária para os conhecimentos específicos da sua área, deixando de lado a temática ambiental ao destinar pouca ou quase nenhuma carga horária para tal, ou ainda cursos em que a abordagem dessa temática não é obrigatória (Costa; Lopes, 2022; Ribeiro; Malvestio, 2021). Outro fator é a adoção de disciplinas separadas para focar somente sobre educação ambiental, sem articulá-la com as outras áreas do conhecimento (Círico Junior; Galvão, 2021; Oliveira et al., 2022). Tal situação pode ser minimizada nos cursos de pós-graduação, por esses já possuírem uma organização interdisciplinar, o que proporciona ao professor a chance de trabalhar os conteúdos de determinada área de forma interligada com outras.

Além disso, segundo Guerra e Orsi (2008), outro acontecimento que gera dificuldades é o fato de a educação ambiental ter sido inserida por último na universidade, o que impede a consolidação da dimensão ambiental no currículo universitário. Com isso, é possível perceber que os professores, na sua formação inicial, podem apresentar uma carência no que diz respeito à capacidade de articular temas ambientais aos conhecimentos da disciplina a qual leciona. Carência essa que pode acabar carregando para sua prática profissional, o que pode levá-lo a não desenvolver uma abordagem dos conteúdos numa dimensão ambiental, ou desenvolver de maneira equivocada.

Grubba e Pellenz (2022) destacam que embora a educação ambiental seja posta juridicamente como parte integrante em todos os níveis do processo educativo brasileiro, existem desafios a serem superados ao apresentar conhecimentos atuais e dinâmicos, que acompanhem as necessidades de desenvolvimento e a evolução humana, sendo trabalhados de forma interdisciplinar, e não somente nas disciplinas específicas, de modo a alcançar crianças, jovens e adultas, envolvendo-os para além do ambiente escolar, tendo um reflexo para toda a vida. Sendo necessário, para isso, que se tenha o adequado cumprimento dos objetivos e princípios da legislação, oferecendo aos professores a devida formação inicial e complementar.

5. Material e Métodos

Esse trabalho é uma pesquisa quanti-qualitativa do tipo documental que busca realizar uma análise quanto a relação da educação ambiental com os cursos de formação de professores ofertados por Instituições de Ensino Superior na cidade de Alagoinhas – Bahia.

Segundo Tozoni-Reis (2009, p.30) “A pesquisa documental tem como principal característica o fato de que a fonte dos dados, o campo onde se procederá a coleta dos dados, é um documento (histórico, institucional, associativo, oficial etc.)”. Sendo assim, essa pesquisa se caracteriza como documental por ser realizada coletando dados em documentos institucionais, a saber grades curriculares e ementas de cursos de Instituições de Ensino Superior.

Quanti-qualitativa, pelo fato de estarem sendo associados os métodos quantitativos e qualitativos, os quais, de acordo com Bryman (1992 apud Flick, 2009, p. 39) ambas podem ser combinadas de modo a estabelecer uma visão mais geral da questão estudada, à medida que os métodos qualitativos analisam os aspectos estruturais e os métodos quantitativos analisam os aspectos processuais, fazendo com que os dados obtidos de forma quantitativa possam trazer sustentação à análise qualitativa.

Teve-se, como corpus de pesquisa, algumas Instituições de Ensino Superior que oferecem cursos de graduação e pós-graduação lato sensu voltados para a área de educação, na cidade de Alagoinhas - Bahia. Foram utilizados como fontes de dados os documentos das grades curriculares dos cursos, e as ementas dos seus respectivos componentes. Vale destacar que a análise foi realizada no ano de 2020, então tais documentos

podem apresentar mudanças futuras. Sendo assim, essa pesquisa mostrará um panorama atual da relação dos cursos pesquisados com os temas ambientais, panorama esse que poderá ser alterado com o decorrer do tempo.

Para o levantamento de dados, foi feita uma pesquisa nos portais das instituições de ensino superior presentes na cidade de Alagoinhas, de modo a identificar a relação dos cursos com os temas ambientais. Para isso, foram pesquisados os cursos de graduação, exclusivamente os de licenciatura, para verificar quais destes possuem uma abordagem interdisciplinar da dimensão ambiental dos componentes curriculares, ou tem algum componente curricular que envolva temas ambientais. Destaca-se que essa sondagem foi feita com 11 instituições, sendo elas 2 públicas e 9 particulares. Como este trabalho limita-se a analisar a presença dos temas ambientais nos documentos dos cursos de formação de professores no município, não são citados os nomes das instituições, por questões de ética. Sendo assim, não são feitas comparações entre essas instituições.

Além disso, foram pesquisados os cursos de pós-graduação lato sensu, exclusivamente voltados à área de educação e formação de professores, para identificar os cursos de especialização em educação ambiental, como também os que possuem uma abordagem interdisciplinar da dimensão ambiental dos componentes curriculares, ou tem essa temática nos componentes curriculares. Essa sondagem foi feita, também, através dos portais de instituições de ensino presentes na cidade de Alagoinhas, sendo um total de 11 pesquisadas.

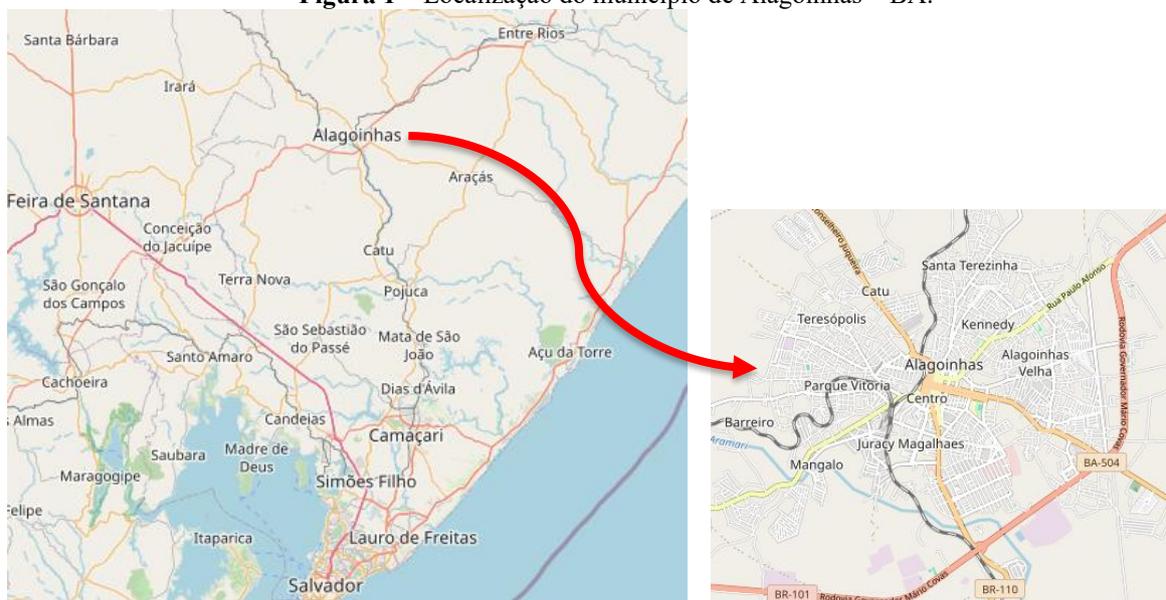
Embora tenha a mesma quantidade de instituições pesquisadas, tanto na oferta de cursos de graduação quanto de pós-graduação, vale destacar que não são exatamente as mesmas. De fato, existem instituições comuns em ambas as pesquisas, pois ofertam os dois tipos de cursos, mas também possuem instituições que ofertam somente cursos de graduação, como também as que só ofertam cursos de pós-graduação.

Em seguida, foram tabulados todos esses dados, de modo a quantificá-los, determinando a quantidade de cursos que se relacionam com temas ambientais. A partir deles, podemos levantar uma discussão em torno da relação desses temas com os cursos de graduação, como também nos cursos de especialização, destacando ainda se são ofertados cursos de especialização em educação ambiental.

Vale destacar que, durante a etapa de levantamento de dados, constatou-se que existem instituições que disponibilizaram a grade curricular dos cursos com as ementas dos seus respectivos componentes, como também, instituições que disponibilizavam grade curricular sem ementa, e até mesmo, não disponibilizavam, sequer, a grade curricular. Dessa forma, são retratados nessa análise: cursos que não apresentaram relação, cursos que apresentaram relação e cursos que não se pôde afirmar qualquer tipo relação com a temática de educação ambiental.

6. Área de Estudo

A área de estudo desta pesquisa foi o município de Alagoinhas, localizado no Agreste do estado da Bahia, a cerca de 108 km de distância da capital Salvador. O município possui uma área territorial de 708 km², e uma população de cerca de 151,055 pessoas, conforme dados do censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geográfica e Estatística (IBGE) (IBGE, 2022).

Figura 1 – Localização do município de Alagoinhas – BA.

Fonte: Cidade Brasil (2025).

7. Resultados e Discussão

Inicialmente, foram analisadas instituições de ensino superior que ofereciam cursos de licenciatura, nas modalidades: presencial e à distância. Para tanto, foi feito um levantamento de dados com 11 instituições de ensino superior, tendo um total de 456 cursos, dos quais, 89 são de licenciatura. Vale destacar que dentre todos esses cursos, muitos se repetem em instituições diferentes, mas, embora tenham o mesmo nome, pelo fato de serem de instituições distintas, abre possibilidade para terem fluxogramas e abordagens singulares.

Sendo assim, dentre os 89 cursos de licenciatura encontrados, foi possível perceber que 55 não apresentaram nenhuma relação com temas ambientais nas suas ementas, e que 15 não permitiram estabelecer qualquer tipo de relação, por não disponibilizarem o fluxograma, conforme Tabela 1. Foi constatado que 19 cursos possuem algum componente curricular que tenha relação com temas ambientais, por meio de componentes voltados à essa temática.

Tabela 1 – Relação dos cursos de licenciatura.

Relação com temas ambientais	Quantidade
Não possuem relação	55
Não foi possível verificar qualquer tipo de relação	15
Possuem relação	19
Total	89

Fonte: Os autores.

Das instituições que disponibilizaram fluxograma com ementa, não foram encontradas indicações de que haveria uma abordagem interdisciplinar da dimensão ambiental dos componentes curriculares. Entretanto, foi possível verificar aqueles que possuíam componentes específicos para trabalhar com temas ambientais. No quadro a seguir, são apresentados os cursos de licenciatura que possuem relação com temas ambientais, indicando também seus respectivos componentes curriculares.

Quadro 1 – Cursos de Licenciatura que possuem relação com temas ambientais.

Cursos	Componentes Curriculares
Ciências Biológicas	Ecologia e Meio Ambiente; Educação Ambiental (Optativa).
Educação Física	Lazer e meio ambiente.
Educação Física	Responsabilidade Social e Ambiental.
Pedagogia	Educação ambiental.
Ciências Biológicas	Educação Ambiental.
Computação	Educação Ambiental.
Ciências biológicas	Práticas Pedagógicas em Ciências da Natureza: Relações entre Conhecimento Científico e Condições de Vida; Práticas Pedagógicas em Ciências da Natureza: Observações e Experimentações; Ecologia e Sustentabilidade.
Sociologia	Responsabilidade Social e Ambiental.
Ciências Biológicas	Educação Ambiental.
Filosofia	Sociedade e Meio Ambiente.
Geografia	Educação Ambiental; Prática Interdisciplinar: a Dimensão Ambiental na Construção do Espaço Geográfico.
Pedagogia	Educação Ambiental.
Química	Educação Ambiental.
Sociologia	Sociedade e Meio Ambiente.
Segunda licenciatura em ciências biológicas.	Educação ambiental.
Letras Espanhol	Responsabilidade Socioambiental.
Letras Inglês	Responsabilidade Socioambiental.
Letras Português	Responsabilidade Socioambiental.
Pedagogia	Educação e Meio Ambiente.

Fonte: Os autores.

Nos cursos apresentados do Quadro 1, pode-se perceber alguns componentes curriculares intitulados: Educação Ambiental; Responsabilidade social e ambiental; Sociedade e meio ambiente; Responsabilidade socioambiental; Educação e meio ambiente. Através desses, é possível constatar que alguns cursos de licenciatura têm a preocupação de apresentar aos seus alunos um componente que o desperte para o desenvolvimento de uma educação ambiental, como também a responsabilidade de um bom convívio entre a sociedade e o meio ambiente, tendo os devidos cuidados para sua preservação.

Pelo fato de serem cursos de licenciatura, é possível conjecturar que essa abordagem pode ser feita também numa perspectiva de formação pedagógica dos alunos, para trabalhar com essa temática, futuramente, na sua prática profissional, uma vez que a própria organização e perspectivas para o ensino desenvolvido nos cursos de licenciatura é o de levar os licenciandos a aprenderem para ensinar (Moriel Junior; Cyrino, 2009; Silva; Guimarães, 2021). Para ratificar esse pensamento, pode-se destacar os componentes curriculares que apresentam: Prática Interdisciplinar e Práticas Pedagógicas em Ciências da Natureza, os quais podem trazer subsídios aos estudantes da licenciatura para trabalharem com temas ambientais em sala de aula.

Embora a PNEA defenda uma abordagem de forma transversal numa perspectiva interdisciplinar da dimensão ambiental, percebe-se que, mesmo em uma minoria, alguns cursos apresentam uma perspectiva direcionada à educação ambiental por meio de componentes curriculares exclusivos sobre essa temática, o que

pode trazer contribuições para a formação desses licenciandos. Segundo Bernardes e Prieto (2010), as instituições de ensino superior não devem dispensar a Educação Ambiental, quer seja de forma transversal nos componentes curriculares e cursos, ou como componente curricular específico para a formação de professores e profissionais.

Mesmo que, nesses casos, não seja feita uma abordagem pedagógica visando preparar os alunos para trabalhar com esses temas na sua prática, esse contato pode criar um interesse nos licenciandos em estudar mais a fundo sobre essa temática, a fim de incorporá-la na sua prática, como também servir de base para utilizá-la futuramente.

Entretanto, são diversos os cursos, analisados nesta pesquisa, que não apresentam em seus documentos uma abordagem interdisciplinar da dimensão ambiental dos componentes curriculares, ou até mesmo um componente curricular que aborde temas ambientais. O que representa um problema, uma vez que os próprios documentos que regem a educação, tais como PCN, BNCC e DCRB, preveem a proposta de trabalho com temas ambientais em sala de aula. Sendo assim, o professor que não tem contato com estes na sua formação pode acabar tendo dificuldades nesse processo, pois, segundo Almeida e Moran,

[...]o educador tende a reproduzir métodos, técnicas e estratégias que foram utilizados durante seu processo de formação. Assim, um curso pedagogicamente pobre pode levar o educador a trabalhar com seus alunos de uma forma também pobre. Ou a exigir desse educador um enorme esforço para vencer as deficiências que enfrentou (Almeida; Moran, 2005, p. 212).

Foram pesquisadas também as instituições de ensino superior que ofertassem cursos de pós-graduação lato sensu na área de educação, de forma: presencial e à distância. O levantamento de dados foi feito com 11 instituições, tendo um total de 115 cursos na área de educação, sendo que 3 possuem relação com temas ambientais, 82 não possuem relação e 30 não foi possível estabelecer qualquer relação, por não disponibilizarem o fluxograma, conforme tabela 2.

Tabela 2 – Relação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Relação com temas ambientais	Quantidade
Não possuem relação	82
Não foi possível verificar qualquer tipo de relação	30
Possuem relação	3
Total	115

Fonte: Os autores.

Ressalta-se que, das instituições que disponibilizaram fluxograma com ementa, não foram encontradas indicações de que haveria uma abordagem interdisciplinar da dimensão ambiental dos componentes curriculares. Vale destacar, também, que dos 3 cursos que possuem relação com a temática pesquisada, 2 não disponibilizaram fluxograma e entraram nessa categoria pelo nome dado aos cursos. Estes são apresentados no quadro a seguir.

Quadro 2 – Cursos de pós-graduação que possuem relação com temas ambientais.

Cursos	Componentes Curriculares
Ensino de Ciências Naturais e Matemática	Educação Ambiental
Educação Ambiental	Fluxograma indisponível.
Educação em Meio Ambiente	Fluxograma indisponível.

Fonte: Os autores

Foi constatado que, embora tenha uma quantidade elevada de cursos de pós-graduação em educação, poucos são voltados para a especialização em Educação Ambiental, ou que possuem algum tipo de relação com este por meio de componentes curriculares. Fica evidente a pouca preocupação dessas instituições em promover cursos que capacitem os professores para trabalhar numa perspectiva de desenvolvimento da educação ambiental. Isso porque, dos diversos cursos pesquisados, apenas 2 são voltados para a especialização em educação ambiental e somente 1 apresentou componente curricular que abordasse essa temática.

Percebe-se então uma carência na oferta desses cursos, o que conseqüentemente vai refletir na formação nessa área, afinal, se tem pouca oferta, haverá poucos profissionais capacitados. Ratificando o que fora apontado por Araujo e Miranda (2024), verifica-se ainda que os cursos de pós-graduação se constituem como os espaços convenientes para programas específicos sobre educação ambiental, uma vez que foram encontrados cursos que tratam somente desta temática, o que não foi possível em cursos de graduação, por englobarem as grandes áreas dos componentes curriculares básicos da educação escolar. Diferente de Morales (2007), que constatou ter uma maior inserção da temática ambiental na pós-graduação, se comparada com a graduação, encontra-se, aqui, uma frequência maior nos cursos de graduação. Segundo ela, muitos cursos são lançados pelas instituições para atender às demandas do mercado, o que vem a reiterar o que constatou Oliveira (1995).

É possível inferir, então, que a pouca oferta por cursos de especialização em educação ambiental pode ocorrer pelo fato de existir pouca procura por parte dos professores, o que é preocupante, pois é esperado que o professor trabalhe com temas ambientais em sala de aula e os próprios cursos de licenciatura já apontaram uma carência.

Evidencia-se, então, que existe uma carência no trabalho com temas ambientais nos cursos de graduação, o que poderia ser superado através dos cursos de pós-graduação lato sensu (especialização). Entretanto, essa ausência se intensifica ainda mais quando o professor passa para a etapa de especialização, o que acaba se tornando um obstáculo para o seu desenvolvimento, pois, se este não tem uma formação segura para abordar determinado conteúdo em sala de aula, ele não o fará, ou fará de forma equivocada. O professor poderá buscar esse conteúdo por conta própria, porém, essa pesquisa pode acabar guiando-o para materiais que confundem ainda mais sua compreensão sobre o tema.

Pode-se perceber pouca intenção das instituições de ensino superior em desenvolver uma abordagem de temas ambientais nos cursos de formação e aperfeiçoamento de professores, o que compromete a busca pela conscientização da população, pois para que se tenha o desenvolvimento social de maneira justa e sustentável, é preciso que as instituições de ensino superior busquem ultrapassar a fragmentação do pensamento, caracterizado por fornecer informações, e tentem agregar princípios e práticas da educação ambiental em prol de um aprendizado para a sustentabilidade, ao influenciar professores, alunos e funcionários para a tomada de decisões visando a sustentabilidade (Alencar; Barbosa, 2018).

Sendo assim, é imprescindível o papel das instituições de ensino superior, pois elas que podem suscitar as primeiras discussões e reflexões em prol da sustentabilidade com os licenciandos, que, por sua vez, podem disseminar todas essas informações na sua prática por meio de questionamentos para os seus alunos, despertando nestes um processo de conscientização e de busca pela convivência saudável entre sociedade e meio ambiente. Além disso, faz-se necessário defender a formação inicial e continuada, bem como o aprofundamento teórico e metodológico dos professores que atuam na educação básica, para trabalharem com a temática ambiental com uma abordagem crítica e emancipatória, proporcionando o desenvolvimento de práticas educativas que possam transformar a realidade, para a construção de uma sustentabilidade local e global (Guerra; Orsi, 2008).

Dessa forma, é importante defender a formação em educação ambiental, em especial a oferta de cursos de especialização, como também deve-se buscar a defesa de uma formação inicial e continuada de professores, para que estes possam atuar de forma crítica e reflexiva com seus alunos, em todos os níveis e modalidades do ensino, com práticas educativas que desenvolvam um pensamento libertador, que rompa os muros das escolas

e alcance a sociedade com a capacidade de gerar conscientização. Pois este tipo de curso são iniciativas interessantes para traçar um percurso por uma educação ambiental que estimule a reflexão sobre as bases do conhecimento e o desenvolvimento social, ao trabalhar em perspectiva interdisciplinar e reflexiva sobre a inserção da dimensão ambiental no ensino superior, para uma formação adequada nos mais diversos níveis (Morales, 2007; Grubba; Pellenz, 2022).

Sendo assim, é perceptível a importância dos cursos de pós-graduação para uma educação ambiental, principalmente por estes possuírem um caráter interdisciplinar, permitindo assim uma articulação entre a temática ambiental e as diferentes áreas do saber escolar (Morales, 2007; Araujo; Miranda, 2024). Além disso, a abordagem da educação ambiental pode ser um instrumento promotor da criticidade, proporcionando a participação plena dos sujeitos de forma politizada e plenamente participativa, para compreenderem a realidade e argumentarem visando o reforço de práticas educativas articuladas à problemática ambiental, e orientando pensamentos e reflexões para a sustentabilidade (Alencar; Barbosa, 2018).

É preciso também refletir quanto à transparência das instituições que oferecem esses cursos, sendo que algumas delas vendem estes através de seus portais, sem nem mesmo disponibilizar o fluxograma. O que pode acabar fazendo com que profissionais paguem e ingressem em determinado curso sem ter conhecimento dos componentes que irão cursar. É necessária ainda a atenção do profissional que está contratando o serviço, mas é preciso também transparência das instituições nessa oferta, bem como no compromisso em tratar tais temas de forma crítica e responsável, contribuindo de forma efetiva para a formação dos profissionais, para que se tenha uma abordagem ambiental que agregue, de um ponto de vista crítico, na reflexão e ação sobre a realidade.

Isso porque existe uma predominância na localização dos cursos de pós-graduação lato sensu (especialização), que se encontram, em sua maioria, na iniciativa privada, o que pode ser um fator dificultador para a transformação social, uma vez que estes cursos não costumam apresentar uma reflexão crítica sobre o capitalismo, um dos principais responsáveis pela crise socioambiental (Campos; Freire, 2021; Araujo; Miranda, 2024). Por fim, vale destacar a importância do desenvolvimento de pesquisas acadêmicas que visem mapear os cursos de formação de professores em municípios, estados e regiões do país, com o intuito de verificar e entender como a temática ambiental vem sendo articulada, para uma reflexão sobre essa, e para uma consolidação do que é previsto para o processo educacional brasileiro ao abordar a dimensão ambiental em todos os níveis.

8. Conclusão

É evidente a importância da inserção da educação ambiental em todos os níveis da educação nacional, afinal, todos os indivíduos devem se conscientizar a respeito da preservação dos recursos naturais. Esta conscientização pode ser alcançada, não somente por discursos governamentais, mas também através das escolas e instituições de ensino superior, que se constituem como espaços de discussões e construções de ideias. Por isso, é necessário que aqueles, neste caso os professores, que irão suscitar e mediar essas discussões, estejam capacitados, capacitação essa que ocorrerá por meio da sua formação inicial e continuada.

Nessa perspectiva, teve-se como objetivo de pesquisa, refletir a respeito da relação da educação ambiental com os cursos de formação de professores no município de Alagoinhas, o qual foi alcançado. Constata-se que nas instituições pesquisadas, existe grande quantidade de cursos ofertados, entretanto não apresentam uma abordagem interdisciplinar da dimensão ambiental dos componentes curriculares. Destaca-se que essa carência pode acarretar numa formação insuficiente para os professores, o que pode fazer com que estes não desenvolvam um trabalho adequado com essa temática na sua prática.

Percebe-se que alguns cursos de graduação apresentam componentes curriculares específicos para a educação ambiental, o que mesmo não sendo o ideal proposto pela PNEA, surge como uma iniciativa capaz de abordar essa temática em alguma etapa da graduação, o que pode trazer contribuições. Isso porque, os licenciandos que participarem destes cursos podem ter alguma discussão referente a temas ambientais, de modo

a prepará-los para trabalhar com essa temática de forma interdisciplinar com a disciplina a qual leciona ou mesmo para conscientizá-lo quanto a preservação do meio ambiente.

Quanto aos cursos de pós-graduação lato sensu, constatamos que a quantidade de cursos que se relacionavam com a educação ambiental era ainda menor, se comparados com os da graduação. E ainda, apresentam somente dois cursos de especialização voltados à esta temática. Essa pouca oferta pode ser encarada como resultado de uma pequena procura por parte dos professores em se capacitarem nessa área, ou também, pelo pouco interesse das instituições em ofertá-los. Quer seja a causa, percebe-se, de fato, pouco investimento na especialização em educação ambiental no município.

Tendo em vista essa situação, é importante defender a inserção da educação ambiental de forma efetiva nos cursos de formação de professores, pois são as instituições de ensino superior que podem levantar as primeiras discussões sobre preservação ambiental, tornando os professores em formação em indivíduos críticos e reflexivos acerca dessa temática, capazes também de levar essas discussões para sala de aula, nas suas práticas futuras. Consequentemente, o investimento nas discussões ambientais pode proporcionar aos cidadãos um momento de conscientização e um despertar para a preservação do meio ambiente.

Vale salientar também, que a preocupação na formação continuada não deve ser somente das instituições de ensino superior, mas deve ser assumida pelo professor, se dispondo a continuar se aperfeiçoando na prática escolar, e pela escola, ofertando o tempo e condições para que o professor se capacite. Com o engajamento desses três, será possível desenvolver um bom trabalho com a temática ambiental, à medida que as instituições de ensino superior ofertem os cursos, os professores se disponham a cursar e as escolas ofertem condições para que seus profissionais se qualifiquem.

Algumas alternativas para diminuir a carência em relação à temática ambiental, apontada nessa pesquisa, podem ser ajustes nas grades curriculares e ementas dos cursos de graduação, para inserir componentes curriculares voltados para educação ambiental, bem como, trabalhar de forma interdisciplinar nos componentes curriculares específicos já existentes. O mesmo pode ser articulado nos programas de pós-graduação, tendo também a possibilidade de oferta de novos cursos, exclusivamente, sobre educação ambiental.

Outra alternativa seria o investimento em cursos de capacitação em educação ambiental para os professores, podendo ser organizados pelo governo do estado, pela prefeitura do município, envolvendo também a secretaria de educação, ou até mesmo em parceria entre esses. Os cursos de capacitação podem oferecer uma oportunidade para aqueles professores que já exercem a profissão, podendo servir de estímulo para que estes invistam na sua formação continuada.

9. Referências

Alencar, L. D., & Barbosa, M. D. F. N. (2018). Educação ambiental no ensino superior: ditames da política nacional de educação ambiental. **Revista Direito Ambiental e sociedade**, 8(2), 229-256.

Almeida, M. E. B. D., & Moran, J. M. (2005). **Integração das tecnologias na educação**. Brasília: MEC, SEED. 204p.

Araujo, E. R., & Miranda, M. L. D. (2024). EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE EM CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU COM ENFOQUE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES. 13p. In: **SUSTENTABILIDADE: DESAFIOS E IMPACTOS** (vol. 1). Guarujá: Editora Científica Digital, 161p.

Armesto, L. M., & Bispo, P. P. G. (2022). O PAPEL DA ESCOLA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: FORMAÇÃO BASEADA EM VALORES E O IDEÁRIO DOS SABERES. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar**, 3(1), e311069-e311069.

Bahia (2020). **Documento curricular referencial da Bahia para educação infantil e ensino fundamental** (v. 1). Rio de Janeiro: FGV Editora, 484p.

Bahia (2022). **Documento curricular referencial da Bahia para ensino médio** (v. 2). Rio de Janeiro: FGV Editora, 563p.

Bernardes, M. B. J., & Prieto, É. C. (2010). Educação Ambiental: disciplina versus tema transversal. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, 24(1), 173-185.

Borges, J. O., & Leite, D. A. R. (2022). A Temática Ambiental no Ensino Superior: abordagens propostas em cursos de licenciatura da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. **Pesquisa em Educação Ambiental**, 17(1), 110-129.

Brasil (1998). **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF. 436p.

BRASIL. **Lei 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Diário Oficial da União, 27 de set. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm> acessado em maio/2020.1999.

Brasil (2019). **TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS NA BNCC: Propostas de Práticas de Implementação**. Brasília: MEC/SEF. 26p. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/guia_pratico_temas_contemporaneos.pdf> acessado em dezembro/2020.2019.

Campos, L. B., & Freire, L. M. (2021, setembro). A especialização em educação ambiental: lugar para a constituição de identidades sociais. **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, Online, 8.

Carneiro, A. G. (2024). Papel das instituições de ensino superior na educação ambiental e a responsabilidade socioambiental no Brasil. **REDES-Revista Educacional da Sucesso**, 4(1), 237-247.

Cidades Brasil (2025). **Mapa de Alagoinhas**. Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br/mapa-alagoinhas.html>> acesso em fevereiro/2025.2025.

Círigo Junior, A., & Galvão, C. R. (2021). Educação ambiental no ensino superior: análise da estrutura curricular dos cursos de graduação na área de negócio em instituições de ensino superior do Pará. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, 6(6), 70-85.

Costa, J. M., & Lopes, P. T. C. (2022). A Educação Ambiental na formação de professores. **Redin-Revista Educacional Interdisciplinar**, 11(1), 2-24.

Dellagnezze, R. (2022). **50 anos da conferência de Estocolmo (1972-2022) realizada pelas Nações Unidas sobre o meio ambiente humano** (1a ed.). São Paulo: Arche, 159p.

IBGE (2022). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2022**. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/alagoinhas/pesquisa/10102/0>> acesso em fevereiro/2025.2022.

Flick, U. (2008). **Introdução à pesquisa qualitativa** (3a ed.). Porto Alegre: Artmed. 405p.

Grubba, L. S., & Pellenz, M. (2024). Educação ambiental no Brasil e reflexões sobre a Lei n. 9.795/1999. **Interações**, 25(2), 1-17.

Guerra, A. F., & Orsi, R. F. M. (2008). Tendências, abordagens e caminhos trilhados no processo de formação continuada em Educação Ambiental. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. especial, 28-45.

Guimarães, V. S. (2004). **Formação de professores: saberes, identidade e profissão** (3a ed.). Campinas: Papirus Editora. 128p.

Kaplan, L., et al. (2021). Formação continuada de professores em educação ambiental crítica: uma análise das perspectivas e limites de um projeto de extensão. **Pesquisa em Educação Ambiental**, 16(2), 151-164.

Libâneo, J. C. (2004). **Organização e gestão da escola. Teoria e prática** (5a ed.). Goiânia: Alternativa.

Lima, S. B., & de Oliveira, A. L. (2022). Educação Ambiental e cidadania por meio da educação formal. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, 17(6), 420-439.

Morales, A. G. M. (2007). O processo de formação em educação ambiental no ensino superior: trajetória dos cursos de especialização. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, 18(1), 283-302.

Moriel Junior, J. G., & Cyrino, M. C. D. C. T. (2009). Propostas de articulação entre teoria e prática em cursos de licenciatura em matemática. **Educação Matemática Pesquisa Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática**, 11(3), 535-557.

Morosini, M. C. et al (2006). **Enciclopédia de Pedagogia Universitária**. (Glossário vol. 2). Brasília: INEP/RIES, 610p.

Nascimento, L. A. L., & Rôças, G. (2024). Tessituras Teóricas: O Estado do Conhecimento sobre as concepções de formação continuada, protagonismo e identidade docente. **Revista Brasileira de Ensino de Ciências e Matemática**, 7(1), 1-25.

Nicodemos, A., & Silva, A. (2024). Evasão e permanência: a experiência de um curso de especialização para professores em contexto remoto. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, 32(124), 1-21.

Oliva, J. T. (2000). **A Educação Ambiental na Escola**. Ministério da Educação e do Desporto (MEC). Secretaria de Educação Fundamental/Coordenação de Educação Ambiental. Textos da série Educação Ambiental do Programa Salto para o Futuro. Brasília: MEC. 2-18.

Oliveira, F. B. (1995). Modernização tecnológica e flexibilidade na educação: a importância dos cursos de pós-graduação nesse novo contexto. **Revista de administração pública**, 29(3), 188-196.

- Oliveira, H. F. F., et al. (2022). Educação Ambiental no ensino superior: uma análise do currículo do curso de pedagogia em uma Universidade Federal de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, 17(5), 23-32.
- Ribeiro, M. T., & Malvestio, A. C. (2021). O ensino da temática ambiental nas Instituições de Ensino Superior no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, 16(3), 347-361.
- Rodrigues, P. M. L., Lima, W. D. S. R., & Viana, M. A. P. (2017). A importância da formação continuada de professores da educação básica: a arte de ensinar e o fazer cotidiano. **Saberes docentes em ação**, 3(1), 28-47.
- Sena, P. S. (2022). ORGANIZAÇÃO COLABORATIVA PARA CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU MEDIADO PELO DESIGN THINKING. **Revista H-TEC Humanidades e Tecnologia**, 6(1), 6-23.
- Silva, A. S., Lucas, C. I. S., & Ferreira, A. F. (2021). PERCEPÇÃO AMBIENTAL E A TRANSVERSALIDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR. **Graduação em Movimento-Ciências Exatas e Tecnológicas**, 1(1), 6-6.
- Silva, P. J., & Guimarães, O. M. (2020). A PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR NAS LICENCIATURAS: uma análise da produção acadêmica de 2002 a 2018 no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, 27(3), 155-183.
- Tozoni-Reis, M. F. D. C. (2009). **Metodologia da pesquisa** (2a ed.). Curitiba: Iesde Brasil SA, 136p.